



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – CCSA
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

SHYRLLY DARLLY DA SILVA BERNARDO

SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO: algumas reflexões

**CAMPINA GRANDE
2016**

SHYRLLY DARLLY DA SILVA BERNARDO

SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO: algumas reflexões

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de Serviço
Social da Universidade Estadual da
Paraíba como requisito para obtenção do
grau de bacharela em Serviço Social

Orientadora: Prof^a Ms. Lucia Maria Patriota

CAMPINA GRANDE
2016

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

B523s Bernardo, Shyrly Darly da Silva
Serviço social e educação [manuscrito] : algumas reflexões /
Shyrly Darly da Silva Bernardo. - 2016.
26 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2016.

"Orientação: Profa. Ma. Lucia Maria Patriota, Departamento de Serviço Social".

1. Política de educação. 2. Neoliberalismo. 3. Serviço Social. 4. Assistente social. I. Título.

21. ed. CDD 361.32

SHYRLLY DARLLY DA SILVA BERNARDO

SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO: algumas reflexões

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Serviço Social
da Universidade Estadual da Paraíba
como requisito para obtenção do grau de
bacharela em Serviço Social

Aprovado em: 05/07/2016

Nota: _____

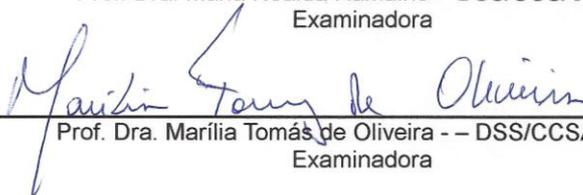
BANCA EXAMINADORA



Prof. Ms. Lucia Maria Patriota – DSS/CCSA/UEPB
Orientadora



Prof. Dra. Maria Noalda Ramalho – DSS/CCSA/UEPB
Examinadora



Prof. Dra. Marília Tomás de Oliveira -- DSS/CCSA/UEPB
Examinadora

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	4
2. BREVE HISTÓRICO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL	5
3. A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO CONTEXTO NEOLIBERAL.....	10
4. A INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO.....	15
4.1 AS ATRIBUIÇÕES DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO DEFINIDAS PELO CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS).....	19
5. OS LIMITES E POSSIBILIDADES PARA O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO NA EDUCAÇÃO.....	21
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	23
REFERENCIAS.....	25

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo refletir sobre a histórica relação do Serviço Social com a Política de Educação. Procuramos ao longo do mesmo evidenciar os problemas da Política de Educação, sobretudo os decorrentes da reestruturação do Estado, os rebatimentos do neoliberalismo na Política de Educação, como se deu a inserção do Serviço Social nesta política, seus limites e possibilidades de atuação na educação. Trata-se de uma pesquisa de natureza bibliográfica, utilizando como fonte as principais referências bibliográficas produzidas na área. Espera-se que este artigo possa enriquecer o debate acerca do direito a uma educação de qualidade e sobre a importância do profissional de Serviço Social na educação.

Palavras-Chave: Política de educação; neoliberalismo; Serviço Social.

1- INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo refletir sobre a histórica relação do Serviço Social com a Política de Educação, área de importante inserção do Assistente Social, por se tratar de um espaço sócio-ocupacional que apresenta diversas expressões da “Questão Social”. Sabemos que Serviço Social é uma profissão que oferece um amplo mercado de trabalho com possibilidade de atuação em diversas áreas, entre as quais se destaca a Política de Educação. Neste campo especificamente temos registros de que essa relação remonta a década de 1930, período da gênese dos processos sócio-históricos que constitui a profissão.

Desde seus primórdios, a atuação dos/as Assistentes Sociais, tem sido de caráter e cunho educativos principalmente nas chamadas “grandes instituições”, uma vez que, as expressões da “Questão Social” eram vistas como problema de “educação” e que deveriam ser “tratadas” com a reeducação e o reajustamento da população. Compreendemos que o trabalho desenvolvido pelos Assistentes Sociais nas escolas é uma estratégia que poderá criar condições para o exercício da cidadania, bem como para o protagonismo e inclusão de crianças, adolescentes e adultos, não apenas no âmbito escolar, mas na sociedade de forma geral, sendo assim fundamental.

Trata-se de uma pesquisa de natureza bibliográfica e abordagem qualitativa, utilizando como fonte as principais referências bibliográficas

produzidas na área. A escolha do tema em questão se deu em decorrência do nosso estágio supervisionado no IFPB Campina Grande, que nos fez sentir a necessidade de pesquisar sobre a educação, para uma melhor compreensão da Política Educacional e das problemáticas que surgem nesta área.

O artigo inicia-se com um breve histórico do Serviço Social no Brasil; em seguida discorremos acerca da Política de Educação no contexto neoliberal, evidenciando a dinâmica deste ideário no âmbito educacional. Abordamos também sobre como se deu a inserção do Serviço Social no âmbito da Educação, suas atribuições, os limites e possibilidades para o exercício da profissão na educação. Por fim, direcionamos nossa discussão para desvelarmos quais os efeitos desse modelo econômico no contexto da educação pública e privada, e como se dar atuação profissional nesta conjuntura.

2- BREVE HISTÓRICO DO SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

A origem do Serviço Social no Brasil se dá na década de 1930 e está associada a mudanças que estavam acontecendo no contexto social e econômico no país. Ou seja, o surgimento da profissão está articulado a processos políticos e econômicos macro-societários.

Tais mudanças foram impulsionadas principalmente pela crise econômica mundial de 1929 e pela Segunda Guerra Mundial, que afetou a dinâmica capitalista mundial e no Brasil propiciou a mudança de um modelo econômico de base agrária para um modelo econômico de base comercial associado à expansão da indústria brasileira. Tal conjuntura é marcada pelo crescimento da classe trabalhadora e início da exploração capitalista, com o trabalhador vendendo a sua força de trabalho para sobreviver. Segundo Iamamoto e Carvalho (2008, p. 40):

A produção capitalista supõe a cooperação em larga escala e a concentração e centralização dos meios de produção com que se defronta o trabalhador com uma propriedade alheia.

O fato é que, nesse contexto, o trabalhador se depara com uma dinâmica na qual a produção é socializada, entretanto a produção, fruto do seu trabalho, passa a ser apropriada por um número reduzido de pessoas. Tal conjuntura vai

requisitar um profissional para intervir e mediar os conflitos sociais gerados por tal dinâmica e legitimar os interesses da classe capitalista. Assim, é possível considerar que o Serviço Social enquanto profissão surge e institucionaliza-se no Brasil, para dar resposta a uma demanda social concreta, que no sistema capitalista apresenta-se com o acentuado processo de contradição entre o capital e o trabalho.

A intervenção profissional em seus primórdios era guiada pela doutrina católica, com foco nos princípios cristãos da caridade e da moralização e objetivava a mudança de hábitos das famílias e pessoas, na perspectiva de melhorar os comportamentos, condições de higiene, a moral e a sua inserção na ordem social.

O Serviço Social também recebe uma forte influência norte-americana que se deu através de acordos estabelecidos no governo de Getúlio Vargas, entre o Brasil e os Estados Unidos, época em que muitos Assistentes Sociais foram fazer intercâmbio, com bolsas de estudos oferecidas pelo governo dos Estados Unidos trazendo assim para o Brasil as técnicas de intervenção de caso, grupo e comunidade, as quais refletiam as tendências teórico-metodológicas da época.

Foram às condições sócio-históricas que propiciaram o surgimento do espaço sócio-ocupacional da profissão de Assistente Social, o embate entre a classe trabalhadora e dos donos dos meios de produção (os capitalistas). É nesse embate, aliado ao processo de industrialização do país, que começa a ser enxergada a Questão Social no Brasil, que em muitos momentos foi tratada como caso de polícia, expressando também a contradição entre capital/trabalho. Para Iamamoto e Carvalho (2008, p. 77):

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado do Estado.

Com o crescimento da classe trabalhadora, conseqüentemente cresce a insatisfação desta com a exploração sofrida, expressa na falta de direitos e nas péssimas condições de trabalho. O Estado, aliado à Igreja, buscando dar respostas às várias expressões da Questão Social, institucionaliza o Serviço Social que toma como objeto de trabalho a Questão Social,

[...] apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 2012, p. 27).

A necessidade de uma atuação especializada frente às questões já apontadas leva a abertura das primeiras escolas de Serviço Social em São Paulo, em 1936, e no Rio de Janeiro, em 1937. No decorrer de sua institucionalização, o que ocorre a partir da década de 1940, e de todo seu desenvolvimento a profissão passa a receber várias influências teórico-metodológicas.

Na fundação das primeiras escolas de Serviço Social no Brasil, sob influência da doutrina da Igreja católica, se tinha como principal aporte teórico na profissão a filosofia neotomista¹, a ação profissional tinha por objetivo moldar o homem com valores moral e costumes cristão para integrá-los à sociedade.

Sob a influência norte americana, o suporte teórico da profissão passa a ser o funcionalismo², filosofia que preconiza que o homem tem que se adequar ao meio e cujo expoente é Durkeim. Apesar dessa influência o Serviço Social brasileiro não abandona a filosofia tomista, neste momento se alia os dois pensamentos e uma das características desse período é que não se questionava a ordem vigente.

A partir de 1950 evidencia-se na profissão uma acentuada busca pela tecnificação profissional. Ainda sob influência da vertente religiosa e do positivismo acentua-se na profissão uma preocupação com o “como fazer”, não se tinha uma visão crítica da Questão Social e os Assistentes Sociais trabalhavam com uma ação ajustadora, pois seus referenciais teóricos não lhes permitiam ir além.

¹ Corrente filosófica surgida no século XIX com objetivo de atualizar a filosofia de São Tomás de Aquino, pretendia-se esclarecer e justificar racionalmente a revelação divina do cristianismo, a fim de compreender os problemas contemporâneos.

² A teoria funcionalista considera a sociedade um sistema, nesta visão a sociedade é comparada a organismos vivos com partes e funções específicas necessárias a manutenção do todo. Assim como o organismo, a sociedade tende sempre a manter seu equilíbrio, tendo uma visão conservadora, mantenedora que visa à preservação do sistema social. Portanto uma ideologia de manutenção, ou seja, de adaptação à realidade.

A partir da década de 1960 alguns profissionais passam a questionar a sua atuação, buscando analisar a sociedade de forma mais crítica, tornando explícito o seu posicionamento de trabalhar na defesa dos direitos da classe trabalhadora. Assim o Serviço Social se aproxima da teoria social marxista, inicialmente de forma enviesada, pois não foram direto a obra, mas a autores que interpretavam a obra de Karl Max.

Considerando-se a necessidade de analisar as mudanças na sociedade de forma crítica, de laicização (ruptura) com a doutrina cristã e a efervescência de movimentos contestatários da década de 1960, inicia-se o processo de reconceituação do Serviço Social brasileiro, movimento que propunha a ruptura com o tradicionalismo profissional.

Todo esse processo começa a ser pensado e questionado na chamada erosão do Serviço Social que, segundo Netto (2009), se dá pela dinâmica sócio-política da vida brasileira com o aprofundamento e a problematização do processo democrático na sociedade e no Estado, ou seja, estavam dadas as bases para a erosão do Serviço Social tradicional.

O processo de reconceituação ou renovação do Serviço Social configura-se como o momento em que a profissão começa a repensar e a rever a sua fundamentação conservadora. Esse movimento emerge na década de 1960, não só no Brasil, mas em outros países da América Latina. Netto (2009, p. 131) compreende a renovação como:

O conjunto de características novas que, no marco das constrições da autocracia burguesa, o serviço social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de tendência do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e validação teórica, mediante a remissão às teorias sociais.

Para uma melhor compreensão desse movimento é necessário situá-lo no cenário sócio-histórico da ditadura militar, iniciado em abril de 1964, período marcado por forte repressão social. O Estado era o maior empregado dos profissionais de Serviço Social e havia uma forte pressão por parte deste para manter o Serviço Social tradicional, porém o movimento de renovação aponta para a necessidade de reformulação.

Netto (2009) aponta três direções da renovação do Serviço Social no Brasil. Primeiro é a perspectiva modernizadora com viés positivista (estrutural funcionalista) marcada pela a formulação dos documentos de Araxá e Teresópolis, os quais o autor refere-se como documentos exemplares, deixando clara a importância destes para o momento histórico o qual passava o Serviço Social.

É indubitável que neles se alcançou a mais expressiva síntese de um dado modo de conceber o Serviço Social no contexto brasileiro: um instrumento profissional de suporte a políticas de desenvolvimento - donde, a partir deste traço sintético, a justeza de considerá-los exemplares. (NETTO, 2009, p.165)

A segunda perspectiva, a da reatualização do conservadorismo, tentava recuperar alguns traços tradicionais, mas com uma nova roupagem, com a negação da teoria positivista, buscando fontes teóricas na fenomenologia.

A terceira vertente apresentada é a intenção de ruptura que se inicia entre 1961 e 1964, e segundo Netto (2009) é abortada pelo golpe de abril, ressurgindo dentro do espaço acadêmico com objetivo de romper com o tradicionalismo. A intenção de ruptura se constitui em três momentos: emersão, consolidação e espraiamento.

A emersão se dá no espaço acadêmico e é marcado pela elaboração do Método B.H e pela aproximação enviesada à obra de Marx. Na sua consolidação, o Serviço Social tem um amadurecimento teórico através da aproximação às obras originais de Marx e por autores nacionais como Marilda Villela lamamoto, a qual em sua obra “Relações Sociais e Serviço Social no Brasil” analisa a sociedade e o modo de produção e reprodução das relações sociais.

Conforme Netto (2009) é, sobretudo, com a reflexão de Marilda lamamoto, no início dos anos de 1980, que temos o resgate da inspiração marxiana, quando a teoria social de Marx inicia sua efetiva interlocução com a profissão. A direção social da profissão passa a ter por fundamento o pensamento de Marx. Temos a análise das fontes originais com o recurso a “clássicos”. No espraiamento é onde se tem o alargamento dessa intenção de ruptura no meio profissional, até os dias atuais.

Vale ressaltar ainda o que a intenção de ruptura propiciou à categoria na década de 1990, tal período representou um momento histórico para a profissão,

pois, além de ser marcado pela maturidade teórica da profissão, consolidando o método crítico dialético de Marx, foi marcado também pela elaboração de documentos que expressam seus direitos e deveres e dão forma ao projeto ético-político e profissional da categoria. São eles o Código de Ética de 1993, a Lei de Regulamentação da Profissão, Lei 8662 de 1993 e as Diretrizes Curriculares de 1996. Tais documentos constituem a dimensão normativa do Projeto Ético-Político profissional, reconhecendo a liberdade como valor ético central, imprimido assim o ideário da luta a favor da classe trabalhadora e contra o neoliberalismo.

Analisando todo o percurso histórico da profissão de Serviço Social percebe-se que desde a sua gênese até os dias atuais ela tem se redefinido de acordo com o contexto social brasileiro. A profissão é regulamentada pela Lei 8.662/93, a formação profissional é generalista permitindo que o profissional compreenda a realidade política, econômica e social. Sendo, assim, o Assistente Social está apto para trabalhar com políticas públicas em diferentes áreas, tais como saúde, previdência, habitação, assistência social e educação, entre outras. A seguir veremos como se dá a relação histórica do Serviço Social com a Política de Educação, compreendida como um direito social, partindo primeiramente da compreensão da Política de Educação no contexto neoliberal.

3- A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO CONTEXTO NEOLIBERAL

O neoliberalismo, ideologia que se propagou a partir da década de 1970, nasceu nos Estados Unidos, tendo como principais defensores Fredrich A. Hayek e Milton Friedmam. O ideário neoliberal tem influência do liberalismo clássico e defende preceitos como as liberdades individuais, a abertura comercial, privatizações, a redução do papel do Estado para que haja a auto-regulação dos mercados, a hegemonia do sistema financeiro e a redução dos gastos sociais.

Os países que adotaram tal ideário passaram por uma série de reformas, o chamado “ajuste neoliberal” que consiste em linhas gerais em um conjunto de medidas que envolvem o enfraquecimento dos Estados nacionais, abertura comercial e de serviços, liberalização da entrada e saída do capital estrangeiro, ruptura dos monopólios públicos e privatização, flexibilização do mercado de trabalho, corte ou abandono das políticas públicas sociais.

O neoliberalismo expressou uma saída política, econômica e jurídica específica para a solução dos problemas cíclicos da economia do mundo capitalista, provocou uma modificação organizacional, estrutural e funcional do Estado, minimizando-o (GIRON, 2008, p.19).

As políticas de ajuste neoliberais aplicadas na América Latina foram traduzidas por um modelo criado pelo Banco Mundial, pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo governo dos Estados Unidos: o chamado Consenso de Washington. Encontro ocorrido em 1989, na capital dos Estados Unidos, no qual se realizou uma série de recomendações, as quais visavam o desenvolvimento e a ampliação do neoliberalismo na América Latina, funcionaram como um receituário para implementação das premissas neoliberais nesses países. Algumas das recomendações básicas desse encontro foram a reforma fiscal e tributária; privatizações de empresas estatais; abertura comercial e econômica dos países; disciplina fiscal, no qual os Estados teriam que cortar gastos, entre outras medidas.

Cabe destacar que as medidas de ajuste neoliberais têm impactos perversos sobre as Políticas Sociais, uma vez que tais medidas aumentam as demandas sociais devido ao alto desemprego e a deterioração das condições de vida, ao mesmo tempo em que restringem a oferta de bens e serviços sociais em função dos cortes dos gastos públicos pela exigência de equilíbrio fiscal.

O neoliberalismo reduziu o indivíduo a um mero consumidor, quando o que passa a ser priorizado não é liberdade da pessoa, mas, a liberdade econômica das grandes organizações que detêm o poderio financeiro mundial. (GIRON, 2008, p.19)

Esse processo inicia-se no Brasil na década de 1990 e toma fôlego no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), que em 1995 edita o seu Plano Diretor de Reforma do Estado (PDRE). Sendo de autoria de Luiz Carlos Bresser Pereira, este documento define os objetivos e diretrizes para a reforma da administração pública brasileira e tinha como pretensão reorganizar a máquina estatal.

De acordo com Simionatto (1997), este Plano indica quatro componentes básicos quais sejam: a) a delimitação do tamanho do Estado, reduzindo suas funções através da privatização, terceirização e publicização; b) a redefinição do papel regulador do Estado através da desregulamentação; c) o aumento da governança, ou seja, a recuperação da capacidade financeira e administrativa de implementar decisões políticas tomadas pelo governo através do ajuste fiscal; d) o aumento da governabilidade ou capacidade política do governo de intermediar interesses, garantir legitimidade e governar.

Sendo, assim, este conjunto de medidas foi direcionado para o plano político, econômico e social, por meio da descentralização do Estado e de uma administração gerencial, mas como as Políticas Educacionais foram afetadas? Para Almeida e Junior (2012) as agências de financiamentos configuram-se como importantes interlocutoras nesse processo através de sua política de créditos que vêm orientar no país uma articulação entre a educação e produção do conhecimento, por meio do binômio privatização e mercantilização da educação. Neste contexto, mais do que nunca, a educação passa a ser vista como um produto, uma mercadoria, sendo cada vez mais comercializada.

Em decorrência das mudanças econômicas desencadeadas, a responsabilidade que o Estado tinha com a educação aos poucos passa a ser transferida para o setor privado. Segundo Giron (2008), isso acontece da seguinte forma: com a restrição ou diminuição das funções do Estado, ocorre o repasse de demandas para iniciativa privada, ou seja, para esfera do mercado, o que reforça a segmentação social da população, uma vez que somente terão acesso ao serviço privado àqueles que dispõem de uma boa situação financeira, o que gera uma enorme exclusão social, pois, ao fazer essa transferência de responsabilidade, ele afeta diretamente a educação pública, acarretando um completo desmonte e sucateamento do padrão de ensino, pois este tem que se adequar às exigências do mercado.

No contexto neoliberal a educação privada é vista como um produto, ela passa a ser gerida como uma empresa com padrões de qualidade que têm que dar lucro aos donos do capital, sendo assim, os já conhecidos problemas na educação pública, (pois, essa passa a ser desvalorizada em detrimento do privado) como evasão escolar, analfabetismo, repetência entre outros, são problemas de ordem gerencial.

Deste diagnóstico inicial decorre um argumento central na retórica construída pelas tecnocracias neoliberais: atualmente, inclusive nos países mais pobres, não faltam escolas, faltam escolas melhores; não faltam professores, faltam professores mais qualificados; não faltam recursos para financiar as políticas educacionais, ao contrário, falta uma melhor distribuição dos recursos existentes (GENTILI, 2010, p.05)

Nos moldes da ideologia neoliberal, a Política Educacional não objetiva proporcionar o saber, o pensar, proporcionar a liberdade humana, mas, apenas o saber ou o conhecimento necessário à necessidade do capital. Sob esse ideário as escolas estão em constante atualização e necessitam de reformas administrativas para alcançar o maior grau possível de eficiência que o sistema exige.

O discurso neoliberal adota como pressuposto que a educação possibilitará a igualdade de oportunidades, outro processo de alienação, pois, na realidade eles fomentam a ideia de “competição” entre escolas e alunos. Sob este modelo as Políticas Educacionais assumem um caráter meritocrático de ensino, valoriza-se o privado, a educação deixa de ser um direito universal para ser privilégio de poucos. Para Gentili (2010), o neoliberalismo privatiza tudo, inclusive também o êxito e o fracasso.

Os pobres são culpados pela pobreza; os desempregados pelo desemprego; os corruptos pela corrupção; os faceados pela violência urbana; os sem-terra pela violência no campo; os pais pelo rendimento escolar de seus filhos; os professores pela péssima qualidade dos serviços educacionais (GENTILI, 2010, p.07)

Assim, na perspectiva neoliberal a sociedade, as instituições de educação e o próprio indivíduo, são culpados e não o sistema por eventuais fracassos dos alunos, pois se este não obteve sucesso é por que não se empenhou e só os melhores vencem, essa é a lógica neoliberal. Palavras como qualidade total de ensino e excelência são sempre usadas, se referindo a escolas modelos, aquela que permitiram ao indivíduo competir no mercado de trabalho.

A política neoliberal representa uma regressão no campo social, pois as problemáticas que surgem no interior da escola deixam de ser vistas como

problemas sociais, e passam a ser vista como de ordem administrativa e mercadológica.

Gentili (2010) compara esse processo de transformação da educação em mercadoria a um modelo empresarial, a “mcdonalização” da educação, com padrão produtivista, metas, incentivo a competição, flexibilização e avaliação. Podemos citar como exemplo as medidas propostas para a educação no Brasil, que de acordo com Altman (2002), é a redução da responsabilidade do Ministério da Educação: o estabelecimento de conteúdos curriculares básicos e padrões de aprendizagem, a implementação de um sistema nacional de avaliação de desempenho das escolas e dos sistemas educacionais para acompanhar a consecução das metas de melhoria da qualidade de ensino.

Em síntese, estas são algumas características do neoliberalismo na educação:

- Ver a escola como reprodutora da ideologia dominante.
- Investe-se menos e cobra-se mais dos profissionais da educação.
- Estimula a competição entre professores, oferecendo gratificação salarial (bônus) aos melhores, os individualizando, não estimulando o trabalho coletivo.
- Maior ênfase na educação tecnológica e tecnicista.
- Sistema educacional que promova a empregabilidade.
- Políticas sociais de caráter seletivo.

Em todos os níveis educacionais criaram-se mecanismo de avaliação e controle educacionais. Para Paula e Cardoso (2011), no ensino superior os professores/ pesquisadores são pressionados todo o tempo para serem produtivos, produtividade esta medida de forma fundamentalmente quantitativa através das publicações.

Ainda segundo os autores há uma expansão do ensino superior, mas fundamentalmente pela via privada. Outro mecanismo das políticas neoliberais na educação superior é a flexibilização do ensino com a criação de cursos técnicos, de EADs (Educação a Distância) e o fortalecimento da educação privada por meio de programas do governo, tais como o FIES (Fundo de Financiamento Estudantil) e o PROUNI (Programa Universidade Para Todos), que oferece bolsas de

estudos a alunos de baixa renda em faculdades privadas, deixando, assim, de investir em universidades públicas (privatização mascarada).

A educação é um espaço social de disputa, porém, sob a ótica neoliberal o que prevalece é o interesse de mercado, dando prioridade à quantidade e não a qualidade do ensino. Soluções para esta crise é difícil enxergar, já que essas mudanças são vistas para os governos como única saída para a crise, mas, não se pode deixar de lutar por uma educação voltada para transformação social, que fomenta o espírito crítico e a autonomia humana.

Todo esse processo de mercantilização ou modernização da escola (como os neoliberais chamam) aprofundam cada vez mais as problemáticas sociais existentes no âmbito escolar, evidenciando cada vez mais a importância e a necessidade de Assistentes Sociais nesta área, profissionais que podem contribuir mediando ou atenuando os conflitos que surgem no âmbito da educação, conforme veremos a seguir.

4. A INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO

A inserção do Assistente Social na educação no Brasil remonta à gênese da profissão. De acordo com Amaro (2011, p. 19), o mais antigo registro do serviço social nesta área no país remete ao decreto nº 1934 de 25 de março de 1946, que implantou no Estado do Rio Grande do Sul o Serviço de Assistência Escolar através do qual o Assistente Social fazia parte da equipe de saúde escolar.

Witiuk (2004) cita que em meados da década de 1950 e 1960 identifica-se a atuação profissional na educação em duas vertentes conservadoras, a que o profissional auxilia o cliente a compreender sua realidade e o leva a resolver os problemas advindos de sua relação com o seu meio familiar e social, o que dava a possibilidade ao aluno de conhecer as aptidões e se preparar para enfrentar as adversidades do meio em que vive. E outra a que coloca na estrutura ou no seu mau funcionamento a responsabilidade pelo surgimento dos problemas sociais, sendo assim a função do Serviço Social era corrigir os desvios, esta tinha como objetivo garantir a integração da escola, família e comunidade.

Deste período até meados da década de 1970, as ações profissionais do Assistente Social no âmbito da educação caracterizavam-se como estratégias

integradoras e de ajustamento à sociedade. É com as mudanças na legislação brasileira na década de 1980, precisamente a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, que se registram significativas conquistas tanto para o campo da educação quanto para assistência social. As duas áreas são citadas no Título VIII da Constituição denominada “Da Ordem Social” na qual a assistência social é parte integrante juntamente a saúde e a previdência (art.194) da seguridade social.

No que se refere à educação, tratada no capítulo III (art. 205), preconiza-se que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, com isso passa a ser institucionalizada como um direito. Todos esses fatores contribuem para que a profissão encontre as bases de sua legitimação na educação, possibilitando assim uma conjuntura favorável à categoria:

Na década de 1990, apresenta-se no cenário brasileiro uma conjuntura favorável para criação de espaços de atuação do assistente social na educação, considerando-se as significativas mudanças no campo da legislação introduzidas pela Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, as quais nos remetem uma nova concepção de educação e do papel do Estado enquanto provedor de uma educação de qualidade e de direito de todos (SANTOS, 2012, p. 76).

Diante disto percebe-se que é na década de 1990 que o debate acerca da Política de Educação começa a ser enfatizada no Serviço Social, isso pode ser observado, inclusive, através do maior número de publicações e de pesquisas enfocando a temática da educação nos eventos da categoria. Witiuk (2004) em sua tese de doutorado fez um levantamento das produções sobre o assunto nos periódicos e anais dos congressos de Serviço Social no Brasil, seus dados são da década de 1930 até meados de 2000, diante deste estudo podemos observar esse crescimento, pois, na década de 1980 foram 24 publicações, já na década de 1990 foram 48 publicações.

Outro fato importante para fortalecimento profissional da categoria na educação é o espaço de discussão nas organizações políticas da categoria, o conjunto CFESS/CRESS. Essas organizações passam a dar um significativo suporte à atuação profissional neste setor ao elaborarem o parecer jurídico 23/2000 e em 2001 ao formarem um Grupo de Trabalho (GT) sobre a temática. O

referido GT elaborou a brochura intitulada “Serviço Social na Educação”; também passou a fazer acompanhamento dos projetos de lei e das legislações já existentes no país a respeito do Serviço Social na Educação. Em 2013 lançou os “Subsídios para atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação”, imprimindo assim uma direção à categoria.

Dessa forma, o Serviço Social vem dando uma importante contribuição na luta por uma educação de qualidade, reconhecendo esta como uma necessidade social.

Apesar do Serviço Social na educação não ser algo novo, é nas últimas décadas que este profissional vem sendo cada vez mais requisitado por trabalhar desde a sua gênese com as expressões da Questão Social, sendo assim há uma maior necessidade destes profissionais no ambiente escolar por este identificar várias problemáticas sociais.

As ações destes profissionais na educação e em outros campos de atuação são norteadas pelos princípios do Código de Ética Profissional (1993), pela a Lei que Regulamenta a Profissão (Lei 8.662/1993), e pelas Diretrizes Curriculares (1996). Tais arcabouços legais, que integram o Projeto Ético-Político do Serviço Social, expõem as competências e atribuições do Assistente Social, que devem ser respeitadas tanto pelo profissional quanto pelos órgãos empregadores. Deve-se também atrelar aos arcabouços legais da profissão as legislações da Política de Educação, a exemplo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996) e o atual Plano Nacional de Educação (2014-2014).

Na atualidade o Assistente Social inserido na Política de Educação tem a competência de atuar tanto na elaboração quanto na execução da referida política. Estas competências são descritas na Lei de Regulamentação da Profissão (8.662/1993) em seu art. 4º: I - Elaborar, implementar, executar e avaliar Políticas Sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações em todos os níveis e modalidades da educação. A profissão tem como mercado de trabalho a esfera pública, privada e filantrópica, sendo o Estado seu maior empregador.

Apesar dos avanços obtidos nem todos os municípios dispõem de Assistentes Sociais na execução das Políticas de Educação, neste sentido o CFESS vem atuando na luta pela aprovação do Projeto de Lei 3688/2000, conhecido como PL Educação, que dispõe sobre a introdução dos serviços de

Psicologia e de Serviço Social nas redes públicas de educação básica. No dia 07 de julho de 2015 essa lei foi aprovada por unanimidade pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC). Desde, então, a matéria está para ser votada no plenário, e, caso aprovada, vai para a sanção presidencial.

Sabemos da importância destes profissionais nas instituições de educação pública e privada, espaços em que se refletem vários problemas sociais vivenciados pelo aluno e que interfere na sua vida escolar, provocando o baixo rendimento; a evasão escolar; o uso de drogas; a violência na escola, a repetência, entre outros problemas. Diante desse contexto o Assistente Social é o profissional mais indicado a fazer a leitura da realidade, indo além das aparências, investigando o que está por trás do problema. Neste sentido.

O Serviço Social terá, dentre suas relevantes funções, a atribuição de analisar e diagnosticar as causas dos problemas sociais detectados em relação aos alunos, nas escolas frequentadas por estes, objetivando atuar nestas questões preventivamente, de forma a saná-las ou atenuá-las. (CFESS, 2001)

A educação é algo muito complexo em nossa sociedade, em alguns momentos ela tem o poder de libertar, em outros tem apenas a função de assegurar as forças de produção e reprodução do sistema vigente. O Assistente Social inserido nesta contradição que é a Política de Educação, tem que atuar no sentido de efetivar o direito de acesso a educação, para que esta seja uma política universalizada, pública e de qualidade.

Para tanto, exige-se do/a profissional de serviço social uma competência teórica e política que se traduza em estratégias e procedimentos de ação em diferentes níveis (individual e coletivo), capaz de desvelar as contradições que determinam a Política de Educação. Assim como ultrapassar os limites conceituais e ideológicos [...]. (CFESS-CRESS. 2013)

A atuação profissional nesta perspectiva da Política de Educação tem que se dar de forma crítica e reflexiva, de modo que não se perca de vista as contradições que existem na educação brasileira, levando em conta que esta faz parte de algo maior, do projeto neoliberal, que tem como objetivo flexibilizar a Política Educacional. A educação é um campo que oferece possibilidades e

limites ao Assistente Social, visto que o profissional, nesta perspectiva pode objetivar ações que não vise apenas à formação para o mundo do trabalho, podendo contribuir para a formação de sujeitos críticos.

4.1- AS ATRIBUIÇÕES DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO DEFINIDAS PELO CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS)

É notável que nos últimos anos há um intenso debate acerca da inserção do Serviço Social na Política de Educação conduzido principalmente pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). A categoria, em consonância com seu Projeto Ético-Político e Profissional, luta por uma educação pública, laica, gratuita, presencial e de qualidade (CFESS, 2011). Neste sentido, a entidade vem contribuindo de diversas formas para a legitimação do Serviço Social nesta área, cabendo também a este elaborar as atribuições profissionais no âmbito da educação.

Antes de analisarmos as atribuições específicas do Assistente Social na educação é interessante expor algumas competências gerais postas aos profissionais de Serviço Social, sendo estas fundamentais para compreensão do contexto sócio-histórico, da conjuntura em que se situa sua intervenção. (CFESS-CRESS. 2013 p. 26)

Apreensão crítica dos processos sociais de produção e reprodução das relações sociais numa perspectiva de totalidade;

Análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país e as particularidades regionais;

Compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio histórico, no cenário internacional e nacional desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade.

Identificação das demandas presentes na sociedade, visando formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado.

Tais competências possibilitam ao Assistente Social realizar a análise crítica da realidade, a falta desta percepção pode restringir o fazer profissional à mera execução das Políticas Sociais. Estas competências devem estar atreladas as atribuições específicas e, assim, possibilitar ao Assistente Social direcionar suas ações no enfrentamento da Questão Social que surge no cotidiano profissional. Nesta direção vale ressaltar que as:

Competências e atribuições profissionais não se dissociam de uma direção ético-política em procedimentos técnicos no cotidiano dos estabelecimentos educacionais implica, necessariamente, no reconhecimento das condições objetivas a partir das quais se desenvolve o trabalho profissional. (CFESS-CRESS. 2013, p.35).

Com relação às atribuições específicas do Serviço Social na política educacional, de acordo com o Parecer Jurídico 23/2000 são elas.

- Pesquisa de natureza sócio- econômica e familiar para caracterização da população escolar;
- Elaboração e execução de programas de orientação sócio- familiar, visando prevenir a evasão escolar e melhorar o desempenho e rendimento do aluno e sua formação para o exercício a cidadania;
- Participação, em equipe multidisciplinar, da elaboração de programas que visem prevenir a violência; o uso das drogas e o alcoolismo, bem como que visem prestar esclarecimento e informações sobre doenças infectocontagiosas e demais questões de saúde pública;
- Articulação com instituições públicas, privadas, assistenciais e organizações comunitárias locais, com vistas ao encaminhamento de pais e alunos para o atendimento de suas necessidades;
- Realização de visitas sociais com o objetivo de ampliar o conhecimento acerca da realidade sócio-familiar do aluno, de forma a possibilitar assisti-lo e encaminhá-lo adequadamente;
- Elaboração desenvolvimento de programas específicos nas escolas onde existam classes especiais;
- Empreender e executar as demais atividades pertinentes ao Serviço Social, previstas pelos artigos 4º. E 5º da lei 8662/93, não especificadas acima.

Pode se observar que o parecer jurídico 23/2000 (CFESS, 2001) contempla as múltiplas atribuições do profissional, e visam orientar e direcionar suas ações, bem como garantir a qualidade do exercício profissional. Tais atribuições são “privativas” do Assistente Social, sendo própria do fazer profissional. É preciso ter clareza de tais atribuições, pois as estratégias profissionais dependem da percepção destas. Cabe ao profissional compreender e refletir sobre cada direcionamento tomado, desde o trabalho com a família até a elaboração de um projeto, contribuindo, assim, para o desenvolvimento de pessoas em formação. Dessa forma, a presença do Assistente Social na educação tem o desafio de não limitar suas ações a práticas exclusivamente burocráticas, podendo não só diagnosticar, mas propor alternativas e desenvolver estratégias que visem à conquista de direitos.

5- LIMITES E POSSIBILIDADES PARA O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO NA EDUCAÇÃO.

Discutir a relação do Serviço Social com a educação é de suma importância, haja vista o atual contexto em que as Políticas Sociais são regidas por ideais neoliberais que tendem a fragmentá-las e a moldá-las de acordo com o interesse do mercado.

Vimos que nas últimas décadas houve um aumento da inserção profissional na área da educação, mas o profissional não pode ver isso apenas como um novo campo de trabalho, é preciso compreender os limites e as possibilidades de atuação neste complexo campo. Para Almeida (2012, p. 02) é necessário.

[...] pensar sua inserção na área de educação não como uma especulação sobre a possibilidade de ampliação do mercado de trabalho, mas como uma reflexão de natureza política e profissional sobre a função social da profissão em relação às estratégias de luta pela conquista de cidadania, através da defesa dos direitos das políticas sociais.

Sem dúvidas esta é uma área na qual o profissional de Serviço Social tem muito a contribuir e que encontra várias possibilidades de ações.

Dentre estas ações primeiramente ele tem que trabalhar visando à democratização da educação e a efetivação deste direito, promovendo a

integração entre escola, família e comunidade, possibilitando que estes façam parte da gestão escolar, oportunizando que alunos, professores e comunidades sejam atuantes nas decisões tomadas no espaço escolar.

O olhar profissional sobre a Questão Social neste campo pode objetivar uma série de ações, tais como trabalhar com a inclusão social; fomentar o diálogo entre a família e a escola; ações que minimizem a evasão escolar; trabalhos que mobilizem a rede social local e o trabalho multiprofissional, entre outras ações.

Quanto aos limites ou desafios, estes impõem a necessidade de assumir uma postura profissional estratégica no enfrentamento da realidade em que estão inseridos, pois, nem sempre se encontra um ambiente de trabalho favorável para tomada de decisões. As condições objetivas nem sempre supre as expectativas do fazer profissional. Para Torres (2007, p.47)

[...] propor ações profissionais, requer do assistente social um estudo detalhado acerca das condições objetivas de vida dos usuários, e fundamentalmente, do modo como este constrói relações na realidade social onde vive. Entretanto, as condições em que o trabalho do assistente social se realiza colaboram para que a autonomia e o poder de decisão do profissional sejam restritos.

Outro desafio para o profissional é desmitificar algumas situações que surgem com relação a sua função na educação, que não é de tomar o lugar de outro profissional, e sim de contribuir mediante uma equipe multiprofissional visando à implementação de políticas públicas. Para Brant (2013, p.10).

A urgência que se coloca para a profissão é a legitimidade do Serviço Social na Educação, no universo educacional. Há ainda certa falta de conhecimento, por parte da comunidade escolar, a respeito da definição da profissão e do diferencial e contribuição que o profissional traz a instituição.

Sabemos que os problemas sociais existentes na educação pública, tais como a desvalorização da educação pública em favorecimento do âmbito privado; o sucateamento das escolas; a desvalorização dos profissionais da área, as mudanças no mundo do trabalho, na cultura que incidem na educação, entre outros fatores, são decorrentes das transformações do sistema capitalista e que interferem diretamente no contexto da educação. Tais problemas acabam inviabilizando algumas ações profissionais. Mas estes, por sua vez, não podem se

render a esse processo, e sim lutar sempre por sua autonomia, tanto na educação quanto entre outros campos de atuação.

Por fim é necessário ao profissional competência teórica e prática para instrumentalizar as suas ações e lidar com as novas facetas da Questão Social que surgem na sociedade. E confirmando, assim, a sua responsabilidade na Política de Educação, de lutar em prol do acesso a educação, para que esta seja uma política pública que promova a dignidade e o desenvolvimento humano.

6- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante desta análise sobre a educação e o Serviço Social, podemos tecer algumas considerações. Em meio aos efeitos da globalização da economia, em que se dá uma maior ênfase as políticas neoliberais, a política educacional, como vimos, passa a ser diretamente afetada por esses ideais. Vimos que o Serviço Social dá a sua contribuição na educação desde a origem da profissão no Brasil, entretanto, apesar deste fato tão importante, a profissão ainda não se encontra a nível nacional institucionalizada nesta política, ou seja, por lei no Brasil as escolas não têm a obrigatoriedade de ter um Assistente Social no quadro de funcionários.

Outro fato a se evidenciar é que nos últimos anos o Estado valoriza mais o sistema de avaliação, do que o processo de ensino-aprendizagem. Embora venha intervindo para tentar reverter algumas problemáticas, tais como a evasão escolar, através de programas sociais, como o Bolsa Família, ainda torna-se pouco em meio aos danos que as políticas neoliberais causam à educação.

Podemos observar nos reflexos dessas políticas, que elas não condizem com a realidade brasileira, pois o aumento da violência na escola, a evasão escolar ou o analfabetismo, tais fatores evidenciam a ineficácia destas políticas. Então, se conclui que todo esse processo de reformulação das políticas educacionais, nada mais é que dar ao mercado mão de obra qualificada e barata ao mercado, pois, com esse modelo no âmbito da educação pública o aluno absorve apenas o básico.

O Assistente Social nesta realidade em que as políticas públicas são ineficientes para abarcar toda a problemática social existente na educação tem um papel fundamental: o de lutar pela garantia do direito à educação. Sabemos que algumas limitações são impostas, porém este profissional tem um histórico de

lutas sociais em favor das classes menos favorecidas, da dignidade humana, sendo, assim, estes profissionais podem sim contribuir para reverter esse processo de sucateamento da educação pública.

ABSTRACT

This paper aims to reflect on the historical relationship between social work and educational policy. Throughout this paper, we seek to highlight the problems of educational policy, particularly the problems arising from the restructuring of the state, the aftermaths of neoliberalism in educational policy, how it was the inclusion of social services in this policy, its limits and its possibilities of action in education. This is a bibliographical research, which uses the main references produced in the area as sources. We hope that this paper can enrich the debate about the right to a quality education and the importance of social workers in education.

Keywords: educational policy; neoliberalism; Social Service.

REFERÊNCIAS

ALTMAN, Helena. Influências do Banco Mundial no Projeto educacional brasileiro. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 28, p. 77-89, 2002.

ALMEIDA, L. M. S.; CUNHA JÚNIOR, A. S. **Reforma do Estado e a Educação: Processos e Contribuições na Efetivação de Políticas Públicas Participativas**. In: V Semana de Pedagogia da UESB, 2012. Acessado em 18 de maio de 2016. Disponível em: www.uesb.br/eventos/semanapedagogia/anais/66CO.pdf.

AMARO, Sarita. **Serviço Social na Educação: Bases para o trabalho profissional**. Editora da UFSC, Florianópolis, 2011.

Assistentes sociais e psicólogos/as nas redes básicas de ensino já! Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/977>. Acessado em 18 de junho de 2015.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da Republica Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.

BRANT, Nathália L. C. **Reflexões do Trabalho Profissional do Assistente Social na rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica brasileira**. In: III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, 2013. Disponível em: cress-mg.org.br/arquivos/simpósio/REFLEXÕES DO TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL.pdf. Acessado 25 de maio de 2016.

CAMARA DOS DEPUTADOS. Projetos de Lei e Outras Proposições. Disponível: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=20052>. Acessado em 24 de junho de 2016.

CFESS-CRESS. **Subsídios Para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação**. 2013.

CFESS. **Serviço Social na Educação**. Brasília, setembro de 2001.

Código de Ética do/a Assistente Social. Lei 8.662/93 de Regulamentação da Profissão. 9ª ed. **Revista e Atual**, Brasília. Conselho Federal de Serviço Social, 2011.

FONSECA, Marília. O Banco Mundial como referência para justiça social no terceiro mundo: evidência do caso brasileiro. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v. 24, 1998.

GENTILI, Pablo. **Neoliberalismo e Educação: manual do usuário**. Disponível em: barricadasabremcaminhos.files.wordpress.com/2010/06/neoliberalismo-e-educacao.pdf. Acesso em 10 de maio de 2015.

GIRON, Graziela Rossetto. Políticas Públicas, Educação e Neoliberalismo: o que isso tem a ver com a cidadania? In: **Revista de Educação**. PUC-Campinas nº 24, Campinas, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 22ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e conservadorismo no serviço social**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 25ª ed. São Paulo, Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 2008.

MARRACH, Sonia Além. **Neoliberalismo e educação**: infância, educação e neoliberalismo. São Paulo; Cortez, 42 – 56.1996.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 14ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PAULA, Maria de Fatima Costa de. CARDOSO, Ana Carolina Grangeia. **A influência das políticas neoliberais na educação superior**: casos UFF e UERJ. Disponível em: <http://www.saece.org.ar/docs/congreso4/trab07.pdf>. Acesso em 22 de maio de 2016.

TORRES, Mabel Mascarenhas. Atribuições Privativas Presentes no Exercício Profissional do Assistente Social: Uma Contribuição Para o Debate. In: **Revista Libertas**. Juiz de Fora, v. 1, n. 2, pag. 42-69, 2007.

SIMIONATTO, Ivete. **Crise, reforma do Estado e políticas públicas**: implicações para a sociedade civil e para a profissão. Florianópolis, 1997.

SANTOS, André Michael. As práticas socioeducativas do assistente social inserido na política de educação. In: SILVA, Marcela Mary José (org.). **Serviço Social na Educação**: Teoria e Prática. Campinas, 2012.

WITIUK, Ilda Lopes. **A Trajetória Sócio-Histórica do Serviço Social no Espaço da Escola**. PUC. São Paulo, 2004. Acessado em 20 de maio de 2016. Disponível em: Cress-SC.org.br/img/noticias/A-TESE-ILDA%20educacao.doc.